

**Processo :** 213.026-4/2014  
**Origem :** PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS  
**Setor :**  
**Natureza :** CONTRATO DE OBRAS  
**Interessado :** RGI COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA  
**Observação :** CONTRATO DE 26/03/2014 PARA CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO ANEXO DA SEDE DA PREFEITURA, DO MURO DE CONTENÇÃO, DA CASA PADRÃO DE ENTRADA E DA SALA DOS TRANSFORMADORES E URBANIZAÇÃO NO VALOR DE R\$ 3.022.903,85 PROC ADM Nº 6568.2013.04

## ANÁLISE DE CONTRATO

(2ª INFORMAÇÃO – ÁREA MUNICIPAL)

ÓRGÃO JURISDICIONADO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

**Sr. Assessor da CAT,**

Trata o presente do Contrato nº 045/2014 (fl. 02), celebrado em 26.03.14, entre o Município de Queimados, e a empresa RGI EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 01.093.429/0001-33, que será objeto de análise por esta CAT, conforme instrução a seguir:

Tabela 01 – Informações Principais

<b>Ato de Origem</b>	Concorrência Pública nº 007/2013 (fls. 03 e 230/247)
<b>Objeto</b>	Construção do prédio anexo da sede da Prefeitura, construção do muro de contenção, construção da casa padrão de entrada, construção da sala dos transformadores e urbanização, no município de Queimados. (fl. 03)
<b>Nº Proc. Administrativo</b>	6568.2013.04 (fl. 03)
<b>Prazo de execução</b>	10 (dez) meses (fl. 04)
<b>Valor total estimado</b>	R\$ 3.066.525,60 (fls. 177 e 191)
<b>Valor total contratado</b>	R\$ 3.022.903,85 (fl. 05)
<b>Data de referência do orçamento estimado</b>	06/2013 (fls. 177/191)
<b>Data-base (eventual reajustamento)</b>	Dezembro de 2013 (fls. 12 e 24)

<b>Signatário</b>	MAX RODRIGUES LEMOS – Prefeito – e ELERSON LEANDRO ALVES – Secretário Municipal de Obras (fls. 03 e 16)
-------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Consta nos autos, às fls. 256/259, a análise da Coordenadoria de Exame de Editais - CEE, com a proposta de encaminhamento transcrita abaixo (fls. 258-v/259):

*“Face ao exposto e examinado, sugerimos o **encaminhamento** do presente processo a **CAT** para as providências cabíveis, com a devida sugestão ao Egrégio Plenário para que requeira do jurisdicionado, atual Prefeito de Queimados:*

***I – Neste processo:***

***I.1 – Encaminhar a cópia do comprovante de publicação de abertura do presente certame, realizado em jornal de grande circulação no Estado e em Diário Oficial, conforme dispõe os incisos II e III do artigo 21 da Lei nº 8.666/93;***

***II – Nos próximos editais:***

***II.1 - Excluir da fase de habilitação, a exigência de certidão de registro na seção RJ do CREA, sendo adequado exigi-la somente do licitante vencedor por ocasião da assinatura do contrato;***

***II.2 – Encaminhar o Edital rubricado e assinado pela autoridade responsável por sua expedição, de acordo com o § 1º do Art. 40 da Lei Federal nº 8666/93, bem como acompanhado de todos os seus anexos.”***

## 1 - DA ANÁLISE

Em consonância com o disposto no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, combinado com o artigo 3º da Lei nº 8.666/93, o foco da presente análise do contrato adota como princípios norteadores os da isonomia e da contratação mais vantajosa para a Administração, segundo diretriz da Subsecretaria de Auditoria e Controle de Obras e Serviços de Engenharia.

Assim, considerando critérios consubstanciados na legislação que rege a matéria, procedeu-se ao exame dos itens de verificação relativos ao presente contrato, conforme a seguir demonstrado:

Tabela 02 – Itens de verificação

ITENS DE VERIFICAÇÃO		Critério	Resultado			Fls.
			SIM	NÃO	NA	
1.1	Constam nos autos a comprovação do exame prévio e aprovação da assessoria jurídica do órgão acerca do edital e da minuta do contrato?	Art. 38, inc. VI c/c parágrafo único, Lei nº 8.666/93	x			31/ 33
<b>INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO</b>						
1.2	Consta nos autos cópia da publicação no Diário Oficial do Estado e/ou no Diário Oficial da União do aviso contendo o resumo do Edital de origem?	Art. 21, incs. I e II, Lei nº 8.666/93		x		
<b>Comentários:</b>						
Não consta no presente processo cópia da publicação do aviso contendo o resumo do instrumento editalício. Cabe ressaltar que a presente obra terá aplicação de recursos do Governo Estadual, através do Convênio nº 014/2014, conforme Parágrafo Segundo da Cláusula Sétima do instrumento contratual (fl. 05). E ainda, foi indicado na Ata, fl. 24, que “o aviso de licitação foi publicado no Diário Oficial do Estado/RJ, Diário Oficial da União, Jornal de Grande Circulação, Diário Oficial do Município de Queimados e na Internet.”						
<b>Encaminhamento:</b>						
A sugestão de encaminhamento será a realizada pela CEE, conforme <b>Item I.I.1</b> , fl. 258-v.						
1.3	Consta ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pela Comissão de Licitação, do ato público de abertura dos envelopes de habilitação e das propostas da licitação de origem ao Contrato em análise?	Art. 43, §§ 1º e 2º e inc. IV, Lei nº 8.666/93	x			24/ 25
<b>Comentários:</b>						
Conforme análise realizada às fls. 263/263-v, cumpre destacar as observações realizadas acerca da não conformidade da <b>planilha da contratada</b> no que refere ao <b>BDI praticado</b> (11,8% em vez de 15%).						
1.4	Consta nos autos a proposta da Contratada em conformidade com a Ata de Julgamento?	Art. 43, Lei nº 8.666/93	x			36/ 77
1.5	Consta no instrumento convocatório o critério para julgamento de acordo com o tipo de licitação (Menor preço, melhor técnica, técnica e preço)?	Art. 40, inc. VII, Lei nº 8.666/93; Art. 45, § 1º, incs. I, II e III, Lei nº 8.666/93	x			237
1.6	Consta no instrumento convocatório da licitação de origem o critério de aceitabilidade de preços unitários e/ou global?	Art. 40, inc. X, Lei nº 8.666/93;	x			238
<b>Comentários:</b>						
Constam nos autos os critérios de aceitabilidade de preços unitários e global.						
1.7	Constam nos autos documentos indicados pelo Jurisdicionado como parte do projeto básico, que integraram o Edital de origem?	Art. 40, § 2º, inc. I, Lei nº 8.666/93	x			103/ 221
<b>Comentários:</b>						

ITENS DE VERIFICAÇÃO		Critério	Resultado			Fls.
			SIM	NÃO	NA	
<p>Constam nos autos os seguintes documentos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Cronograma Físico-Financeiro (fls. 103/114 e 209/213);</li><li>- Memória de Cálculo (fls. 115/131 e 192/208);</li><li>- Especificações Técnicas (fls. 132/148);</li><li>- Orçamento Estimado (fls. 149/162 e 177/191);</li><li>- Memorial Descritivo (fls. 163/168);</li><li>- Documento intitulado “Projeto Básico” (fls. 169/176);</li><li>- Cronograma de Execução (fls. 214/216);</li><li>- Etapas de maior relevância (fl. 217);</li><li>- Anotações de Responsabilidade Técnica (fls. 219/220); e</li><li>- Planilha de composição de BDI (fl. 221).</li></ul> <p>Entretanto, cumpre destacar que não foram encaminhadas as <b>plantas de situação, urbanismo e arquitetura</b>, conforme se verifica à fl. 246, como anexo (I-A) do instrumento convocatório.</p> <p>Assim, será sugerida Comunicação ao Jurisdicionado nos termos a seguir, de forma complementar à análise da Coordenadoria de Exame de Editais – CEE, <b>item II.II.2</b>, à fl. 259.</p>						
<b>Encaminhamento:</b>						
<p>Sugere-se Comunicação ao Jurisdicionado para que, em futuros contratos de obras e serviços de engenharia, encaminhe o projeto básico e/ou executivo, completo, que integrou a licitação de origem, nos termos do art. 6º, inc. IX c/c art. 40, § 2º, inc. I, da Lei nº 8.666/93 e, conforme determina a alínea “a” do item II.IV do Anexo da Deliberação TCE-RJ nº 262/14, em vigência.</p>						
<b>INSTRUMENTO CONTRATUAL</b>						
1.8	Consta nos autos a comprovação da publicação do extrato do contrato?	Art. 61, parágrafo único, Lei nº 8.666/93		x		
<b>Comentários:</b>						
<p>Não consta no presente processo a comprovação da publicação do extrato do instrumento contratual.</p>						
<b>Encaminhamento:</b>						
<p>Será sugerida Comunicação ao Jurisdicionado para que encaminhe a comprovação da publicação do extrato contratual na imprensa oficial, para verificação do atendimento ao parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.</p>						
1.9	A descrição do objeto no Contrato se encontra em conformidade com o estabelecido no Edital?	Art. 40, inc. I, Lei nº 8.666/93; Art. 55, inc. I, Lei nº 8.666/93	x			03 e 230
1.10	Consta no instrumento contratual o regime de execução ou a forma de fornecimento?	Art. 55, inc. II, Lei nº 8.666/93	x			03
1.11	Consta no instrumento contratual o preço pactuado?	Art. 55, inc. III, Lei nº 8.666/93	x			05
1.12	Consta no instrumento contratual cláusula de reajustamento de preços contendo: a) Índices específicos ou setoriais, tendo em	Art. 40, inc. XI, Lei nº 8.666/93; Art. 55, inc. III, Lei nº 8.666/93	x			12

ITENS DE VERIFICAÇÃO		Critério	Resultado			Fls.
			SIM	NÃO	NA	
	vista a natureza da obra ou serviço?					
1.12	Consta no instrumento contratual cláusula de reajustamento de preços contendo: <b>b) Periodicidade mínima para valer o direito ao reajuste (12 meses) contada a partir da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir?</b>	Art. 40, inc. XI, Lei nº 8.666/93; Art. 55, inc. III, Lei nº 8.666/93	x			12
<b>Comentários:</b>						
Apesar de constar, no instrumento convocatório e no contrato, a periodicidade mínima para o reajustamento de preços, “12 (doze) meses completos, contados da data apresentação das propostas” (fl. 244), cumpre destacar que enquanto o Item 18.1 (fl. 244) do Edital estabelece o I <sub>0</sub> da fórmula como sendo o “mês da data base do orçamento” (06/2013), no instrumento contratual (fl. 12), para o mesmo parâmetro (I <sub>0</sub> ), foi estabelecido o “mês da data da apresentação da proposta” (12/2013), configurando, dessa forma, uma divergência entre as fórmulas apresentadas.  Assim, será sugerida Determinação ao Jurisdicionado nos termos a seguir.						
<b>Encaminhamento:</b>						
Será sugerida Determinação ao Jurisdicionado para que, em futuras contratações, faça constar, no edital e no contrato, uma única data-base para a aplicação do índice de reajustamento de preços (I <sub>0</sub> ), sendo a mesma definida como (i) a data prevista para apresentação da proposta ou (ii) a data do orçamento a que essa proposta se referir, nos termos do art. 40, inc. XI da Lei nº 8.666/93.						
1.13	Constam no instrumento contratual os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo administrativo da licitação, a sujeição dos contratantes às normas da Lei nº 8.666/93 e às cláusulas contratuais?	Art. 61, Lei nº 8.666/93	x			03

## 2 – DA ANÁLISE DE PREÇO

Considerando os critérios apresentados à fl. 260-v, procedeu-se ao exame dos itens de verificação relativos ao presente contrato, conforme a seguir demonstrado:

Tabela 03 – Itens de verificação

ITENS DE VERIFICAÇÃO		Critério	Resultado			Fls.
			SIM	NÃO	NA	
2.1	Consta nos autos o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários que integrou a licitação de origem?	Art. 40, § 2º, inc. II, Lei nº 8.666/93	x			177/ 191

ITENS DE VERIFICAÇÃO		Critério	Resultado			Fls.
			SIM	NÃO	NA	
2.2	Consta nos autos a proposta de preços da Contratada (planilha) em conformidade com os critérios de aceitabilidade de preços, unitário e global?	Art. 40, inc. X, Lei nº 8.666/93; Art. 43, incs. IV e V, Lei nº 8.666/93	X			36/97
Comentários:						
Foi verificada a conformidade da planilha orçamentária da contratada (fls. 36/72 e 79/97) com os critérios de aceitabilidade de preço adotados no certame em tela, a saber: critério de preço unitário e global (fl. 238).						
2.3	Do exame dos documentos encaminhados para verificação da compatibilidade entre o valor total estimado e o correspondente custo total de mercado, considerando os parâmetros do Boletim Interno nº 06/06/CEA-OBRAS, indicados na Tabela 04, abaixo indicada, constatou-se indício de sobrepreço no valor total estimado?	Art. 3º, Lei nº 8.666/93	Vide comentários.			
Comentários:						
Verificou-se que o custo do Item 1 – Administração Local, na planilha orçamentária (fl. 178) - possui o valor de R\$ 622.934,40, representando cerca de 22,67% do custo total orçado, superior aos limites <sup>1</sup> usualmente adotados para obras.						
Dentro deste contexto, e ressaltando que o prazo contratual de execução da obra é de 10 (dez) meses, verificou-se a necessidade de esclarecimentos acerca do quantitativo de horas previstas para os itens de mão de obra e de veículo de passeio, que compõem a Administração Local (fl. 192) da obra em comento.						
Assim, será sugerida Comunicação ao Jurisdicionado nos termos a seguir.						
Encaminhamento:						
i) Será sugerida Comunicação ao Jurisdicionado para que apresente justificativas quanto à previsão de 2640 horas (ou seja, 264 horas/mês, pelo prazo contratual de 10 meses) para cada item de mão de obra da Administração Local alocado na planilha estimada, apresentando a descrição detalhada das atribuições dos profissionais, identificando a atividade de cada um na obra em comento, as respectivas quantidades (de profissionais), e abstendo-se do uso de atribuições genéricas, com fundamento no art. 6º, inc. IX c/c art. 40, § 2º, inc. I, da Lei nº 8.666/93 e, conforme determinam as alíneas “a” e “b” do item II.IV do Anexo da Deliberação TCE-RJ nº 262/14, em vigência.						
ii) Será sugerida Comunicação ao Jurisdicionado para que apresente justificativas quanto à previsão de 2640 horas (ou seja, 264 horas/mês, pelo prazo contratual de 10 meses) para o item 19.004.0042-2 - <i>Veículo de passeio, 5 passageiros, motor bicomustível (gasolina e álcool) de 1,6 litros, inclusive motorista</i> , presente na Administração Local, visto se tratar de composição referente, tão somente, ao Custo Produtivo (CP) associado ao aluguel do equipamento, e identifique as respectivas quantidades (de veículos) utilizados na obra em comento, com fundamento no art. 6º, inc. IX c/c art. 40, § 2º, inc. I, da Lei nº 8.666/93 e, conforme determinam as alíneas “a” e “b” do item II.IV do Anexo da Deliberação TCE-RJ nº 262/14, em vigência.						

<sup>1</sup> Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário.



ITENS DE VERIFICAÇÃO	Critério	Resultado			Fls.
		SIM	NÃO	NA	
Assim, a conclusão da análise a respeito do preço praticado será <u>sobrestada</u> até a remessa dos esclarecimentos solicitados, ressalvadas as considerações previamente realizadas às fls. 263/263-v.					

ANÁLISE DE PREÇO	
<b>Objeto:</b> Construção do prédio anexo da sede da Prefeitura, construção do muro de contenção, construção da casa padrão de entrada, construção da sala dos transformadores e urbanização, no município de Queimados.	
<b>Valor:</b> R\$ 3.066.525,60 (fls. 191)	<b>Data-Base:</b> 06/2013 (fls. 177/191)

Após verificação das informações constantes nos autos, observou-se previamente que:

- Ao analisar o valor calculado de BDI e o custo total do orçamento informado na planilha estimada, fl. 191 (R\$ 318.729,29 e R\$ 2.747.796,31, respectivamente), constata-se que esse valor de BDI calculado equivale a 11,6%, em vez do percentual de 15% indicado. O licitante contratado, por sua vez, apresentou em sua proposta o valor de BDI de R\$ 319.052,17, equivalente a 11,8% do custo, em vez de 15% conforme indicado (fl. 72);
- Cumpre destacar que nos valores contratados este equívoco pode ocasionar uma inconsistência a maior, no momento de calcular o valor mensal a ser pago, relativo aos serviços medidos (quantidade executada x custo com BDI contratados), assim como no cálculo de valores a serem aditivados;
- Assim, tendo em vista ser do conhecimento da Secretaria Municipal de Obras do Município de Queimados a não conformidade apresentada em planilhas de empresas contratadas referente ao cálculo do valor de BDI, segundo se extrai dos procedimentos exigidos pela Caixa Econômica Federal junto aos Contratos nºs 97/2014 (Processo TCE-RJ nº 216.806-3/14, por meio do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato, de 25.07.14, Processo TCE-RJ nº 221.795-5/14) e 98/2014 (Processo TCE-RJ nº 216.781-7/14, por meio do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato, de 25.07.14, Processo TCE-RJ nº 221.790-5/14), sendo estes termos derivados respectivamente dos **Memorandos<sup>2</sup> nºs 124/2014 e 125/2014**, ambos de **01.07.14**, será sugerida

<sup>2</sup> Memorando nº 124/2014, de 01.07.14, à fl. 34 do Processo TCE-RJ nº 221.795-5/14 e Memorando nº 125/2014, de 01.07.14, à fl. 19 do Processo TCE-RJ nº 221.790-5/14.

Comunicação para que o Jurisdicionado informe as medidas adotadas na presente contratação, para a correção do percentual de BDI adotado na planilha da empresa contratada, 11,8% em vez de 15%, de modo a se evitar inconsistências, no momento do cálculo do valor a ser pago, relativo aos serviços medidos (quantidade executada x custo com BDI contratados), assim como no cálculo de possíveis valores a serem aditivados, apresentando a respectiva documentação comprobatória. Neste contexto, cumpre ainda ressaltar que o prazo contratual de execução da obra é de 10 (dez) meses, sendo o Contrato nº 045/2014, celebrado em **26.03.14**;

- Considerando a reincidência do mesmo equívoco, observado também nas licitações/contratos supracitados, cabe, ainda, sugerir uma determinação para que o órgão jurisdicionado, em futuras licitações e contratos de obras e serviços de engenharia, mantenha a equivalência entre o percentual de BDI indicado e o valor do BDI real praticado nas planilhas orçamentárias;
- Por fim, será sugerida Comunicação ao Presidente da Comissão de Licitação de Materiais, Serviços e Obras do Município de Queimados, à época (fls. 24/25), Sr. Vantoil Alves de Lima, para que preste esclarecimentos acerca da falha nos procedimentos de verificação e correção destinados ao saneamento de evidentes erros materiais (erros aritméticos) que ensejaram a classificação de proposta de preços com diferença entre o BDI indicado (15,0%) e o BDI real (11,8%), aplicado na planilha contratada, em desacordo com o estabelecido no art. 3º c/c o art. 43, incs. IV e V, da Lei nº 8.666/93.

## 2 - DA PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Diante da análise procedida, sugere-se:

- COMUNICAÇÃO** ao Sr. Elias Santos da Mata, Coordenador de Elaboração de Projetos do Município de Queimados à época, com base no § 1º, art. 6º da Deliberação TCE-RJ nº 204/1996, a ser efetivada na forma do art. 3º da Deliberação TCE-RJ nº 234/2006, alterada pela Deliberação TCE-RJ nº 241/2007, ou, na impossibilidade, na ordem sequencial do art. 26 da Lei Complementar nº 63/1990, para que, no prazo a ser fixado pelo Plenário, apresente justificativas quanto aos fatos a seguir



elencados, que deverão ser protocoladas na sede deste TCE-RJ, alertando-o de que o não atendimento injustificado sujeita-o às sanções previstas no inc. IV do art. 63 da Lei Complementar Estadual nº 63/1990:

**1) Neste processo:**

**i. Justificativas:**

- a) Apresente justificativas quanto à previsão de 2640 horas (ou seja, 264 horas/mês, pelo prazo contratual de 10 meses) para cada item de mão de obra da Administração Local alocado na planilha estimada, apresentando a descrição detalhada das atribuições dos profissionais, identificando a atividade de cada um na obra em comento, as respectivas quantidades (de profissionais), e abstendo-se do uso de atribuições genéricas, com fundamento no art. 6º, inc. IX c/c art. 40, § 2º, inc. I, da Lei nº 8.666/93 e, conforme determinam as alíneas “a” e “b” do item II.IV do Anexo da Deliberação TCE-RJ nº 262/14, em vigência
- b) Apresente justificativas quanto à previsão de 2640 horas (ou seja, 264 horas/mês, pelo prazo contratual de 10 meses) para o item 19.004.0042-2 - *Veículo de passeio, 5 passageiros, motor bicom bustível (gasolina e álcool) de 1,6 litros, inclusive motorista*, presente na Administração Local, visto se tratar de composição referente, tão somente, ao Custo Produtivo (CP) associado ao aluguel do equipamento, e identifique as respectivas quantidades (de veículos) utilizados na obra em comento, com fundamento no art. 6º, inc. IX c/c art. 40, § 2º, inc. I, da Lei nº 8.666/93 e, conforme determinam as alíneas “a” e “b” do item II.IV do Anexo da Deliberação TCE-RJ nº 262/14, em vigência.

**II. COMUNICAÇÃO** ao atual Prefeito do Município de Queimados, com base no § 1º, art. 6º da Deliberação TCE-RJ nº 204/1996, a ser efetivada na forma do art. 3º da Deliberação TCE-RJ nº 234/2006, alterada pela Deliberação TCE-RJ nº 241/2007, ou, na impossibilidade, na ordem sequencial do art. 26 da Lei Complementar nº 63/1990, para que, no prazo a ser fixado pelo Plenário, encaminhe os documentos a seguir elencados, que deverão ser protocolados na sede deste TCE-RJ, e atenda as seguintes determinações, alertando-o de que o não atendimento injustificado sujeita-o às sanções previstas no inciso IV do art. 63 da Lei Complementar Estadual nº 63/1990:

**I) Neste processo:**

**i. Documentos:****Análise da CEE (fl. 258-v):**

**a)** *“Encaminhar a cópia do comprovante de publicação de abertura do presente certame, realizado em jornal de grande circulação no Estado e em Diário Oficial, conforme dispõe os incisos II e III do artigo 21 da Lei nº 8.666/93”;*

**Análise desta CAT:**

**b)** Comprovação da publicação do extrato contratual na imprensa oficial, para verificação do atendimento ao parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93;

**II) Adote providências, junto ao Setor Responsável pelas futuras contratações relativas às obras e serviços de engenharia, para que:****i. Determinações:****Análise da CEE (fl. 258-v/259), nos próximos Editais:**

**a)** *“Excluir da fase de habilitação, a exigência de certidão de registro na seção RJ do CREA, sendo adequado exigi-la somente do licitante vencedor por ocasião da assinatura do contrato”;*

**b)** *“Encaminhar o Edital rubricado e assinado pela autoridade responsável por sua expedição, de acordo com o § 1º do Art. 40 da Lei Federal nº 8666/93, bem como acompanhado de todos os seus anexos”;*

**Análise desta CAT:**

**c)** Encaminhe o projeto básico e/ou executivo, completo, que integrou a licitação de origem, nos termos do art. 6º, inc. IX c/c art. 40, § 2º, inc. I, da Lei nº 8.666/93 e, conforme determina a alínea “a” do item II.IV do Anexo da Deliberação TCE-RJ nº 262/14, em vigência;

**d)** Faça constar, no edital e no contrato, uma única data-base para a aplicação do índice de reajustamento de preços (Io), sendo a mesma definida como (i) a data prevista para apresentação da proposta **ou** (ii) a data do orçamento a que

essa proposta se referir, nos termos do art. 40, inc. XI da Lei nº 8.666/93;

**e)** Mantenha a equivalência entre o percentual de BDI indicado e o valor do BDI real praticado nas planilhas orçamentárias, com fundamento no art. 3º c/c o art. 41, *caput*, da Lei nº 8.666/93 e em respeito aos Princípios da Economicidade e Eficiência.

**III. COMUNICAÇÃO** ao Sr. Elerson Leandro Alves, Secretário Municipal de Obras à época, com base no § 1º, art. 6º da Deliberação TCE-RJ nº 204/1996, a ser efetivada na forma do art. 3º da Deliberação TCE-RJ nº 234/2006, alterada pela Deliberação TCE-RJ nº 241/2007, ou, na impossibilidade, na ordem sequencial do art. 26 da Lei Complementar nº 63/1990, para que, no prazo a ser fixado pelo Plenário, preste esclarecimentos, que deverão ser protocolados na sede deste TCE-RJ, alertando-o de que o não atendimento injustificado sujeita-o às sanções previstas no inc. IV do art. 63 da Lei Complementar Estadual nº 63/1990:

**1) Neste processo:**

**i. Esclarecimentos:**

**a)** Informe as medidas adotadas na presente contratação (Contrato nº 045/2014), para a correção do percentual de BDI adotado na planilha da empresa contratada, 11,8% em vez de 15%, de modo a se evitar inconsistências, no momento do cálculo do valor a ser pago, relativo aos serviços medidos (quantidade executada x custo com BDI contratados), assim como no cálculo de possíveis valores a serem aditivados, apresentando a respectiva documentação comprobatória, com fundamento no art. 37, inc. XXI da CF/88 e, complementarmente no parágrafo único, do art. 3º, da Deliberação TCE-RJ nº 262/14, em vigência.

**IV. COMUNICAÇÃO** ao Sr. Vantoil Alves de Lima – Presidente da Comissão de Licitação de Materiais, Serviços e Obras do Município de Queimados, à época, com base no § 1º, art. 6º da Deliberação TCE-RJ nº 204/1996, a ser efetivada na forma do art. 3º da Deliberação TCE-RJ nº 234/2006, alterada pela Deliberação TCE-RJ nº 241/2007, ou, na impossibilidade, na ordem sequencial do art. 26 da Lei Complementar nº 63/1990, para que, no prazo a ser fixado pelo Plenário, preste esclarecimentos, que deverão ser protocolados na sede deste TCE-RJ, alertando-o de que o não atendimento

injustificado sujeita-o às sanções previstas no inc. IV do art. 63 da Lei Complementar Estadual nº 63/1990:

**1) Neste processo:**

**i. Esclarecimentos:**

- a) Preste esclarecimentos acerca da falha nos procedimentos de verificação e correção destinados ao saneamento de evidentes erros materiais (erros aritméticos) que ensejaram a classificação de proposta de preços com diferença entre o BDI indicado (15,0%) e o BDI real (11,8%), aplicado na planilha contratada (Contrato nº 045/2014), em desacordo com o estabelecido no art. 3º c/c o art. 43, incs. IV e V, da Lei nº 8.666/93.

- V. **Disponibilização**, ao Jurisdicionado, do completo teor da presente informação desta CAT para melhor compreensão dos aspectos analisados.

**CAT, 16/05/2016**

**DIEISSON DE CASTRO SILVA**  
Analista - Área de Controle Externo  
Matrícula 02/004422

**Sr. Coordenador-Geral da CAT,**

Em face do informado, encaminho os autos em prosseguimento.

**CAT, 16/05/2016.**

**FELIPE AZEVEDO BARBOSA DE PINHO**  
Assessor  
Matrícula 02/004360

---

**Sra. Subsecretária-Adjunta da SSO,**

De acordo, expeço os autos à consideração de V. Sa.

**CAT, 16/05/2016**

**LUIZ FERNANDO HALL**  
**Coordenador-Geral**  
**Matrícula 02/003473**

**Ao Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas,**

Estando de acordo com a instrução acima e, em conformidade com o que estabelece o art. 1º da Portaria SGE nº 07 de 04/07/13, elevo o presente processo à apreciação do Colendo Tribunal, em sessão, ouvido, previamente, o Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

**SSO, 16/05/2016**

**VANIA MARISA DIAS DE MIRANDA**  
**Subsecretária-Adjunta**  
**Matrícula 02/003597**